

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR**



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

3º Trimestre de 2024



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E
CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO CONTÁBIL
3º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2024

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis do Ministério do
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
(Órgão Superior 49000), relativas ao 3º Trimestre
do Exercício de 2024.

Brasília - DF, 31 de Outubro de 2024

**MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR**

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Fernanda Machiaveli

**SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO**

Diego Donizetti Gonçalves Machado

**COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE - SUBSTITUTA**

Renato das Neves Iwakawa

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Emerson Costa Nogueira Sousa

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), é órgão da administração pública federal direta, criado pela Lei 14.600/2023, e tem como áreas de competência:

- ✓ Reforma agrária, regularização fundiária em áreas rurais da União e do Incra;
- ✓ Acesso à terra e ao território por comunidades tradicionais;
- ✓ Cadastros de imóveis rurais e governança fundiária;
- ✓ Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas;
- ✓ Desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Política agrícola para a agricultura familiar, abrangendo produção, crédito, seguro, fomento e inclusão produtiva, armazenagem, apoio à comercialização e abastecimento alimentar;
- ✓ Sistemas agroalimentares em territórios rurais e urbanos, agricultura urbana e Peri urbana;
- ✓ Cadastro nacional da agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo, associativismo rural e sistemas agroindustriais da agricultura familiar;
- ✓ Energização rural e energias renováveis destinadas à agricultura familiar;
- ✓ Assistência técnica e extensão rural voltadas à agricultura familiar;
- ✓ Infraestrutura hídrica para produção e sistemas agrícolas e pecuários adaptadas à agricultura familiar, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- ✓ Conservação e manejo dos recursos naturais vinculados à agricultura familiar;
- ✓ Pesquisa e inovação relacionadas à agricultura familiar;

- ✓ Cooperativismo e associativismo rural da agricultura familiar;
- ✓ Biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar;
- ✓ Educação do campo;
- ✓ Políticas de fomento e etnodesenvolvimento no âmbito da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar;
- ✓ Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- ✓ Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; e
- ✓ Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários, incluídos produtos da sociobiodiversidade.

Integram a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quatro secretarias, três órgãos colegiados, quatro entidades vinculadas:

1) órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia;
- b) Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental;
- c) Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar; e
- d) Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais.

2) Órgãos colegiados:

- a) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- b) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF; e
- c) Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais;

3) Entidades vinculadas:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (autarquia);
- b) Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (empresa pública);
- c) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP (empresa pública);
- d) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa Minas (sociedade de economia mista)

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do MDA foram elaboradas observando o disposto na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000.; abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de suas entidades vinculadas no âmbito da administração direta e indireta (Órgão Superior 49000, no SIAFI, Órgãos Vinculados: 22201 – INCRA, 22211 – CONAB, 49000 – MDA, 49001 – Fundo de Terras).

Este Relatório Contábil do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar contém as seguintes Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964, complementadas pelas notas explicativas referentes aos seus itens mais relevantes:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI:

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MDA, a CONAB possui os maiores saldos desse grupo de ativos, em contas de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado.

Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo

dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros”, no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No MDA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas (curto e longo prazo) na CONAB;
- b) Provisões Matemáticas a Longo Prazo na CONAB;
- c) Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo na CONAB; e
- d) Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo na CONAB.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

a) Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na

assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	2.454.742.740,24	2.354.179.709,19	Despesas Orçamentárias	3.857.855.366,12	4.247.870.456,77
Ordinárias	514.092.803,87	464.102.917,70	Ordinárias	2.596.804.323,48	1.983.769.290,94
Vinculadas	1.730.481.795,03	1.692.091.743,54	Vinculadas	1.261.051.042,64	2.264.101.165,83
Seguridade Social (Exceto Previdência)	26.602,16	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	146.350.152,62	78.712.205,75
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	156.374.820,00	689.327.989,74
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.725.351.699,35	1.686.940.012,42	Dívida Pública	-	398.888.472,78
Recursos Não Classificados	5.103.493,52	5.151.731,12	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	958.326.070,02	1.097.172.497,56
(-) Deduções da Receita Orçamentária	210.168.141,34	197.985.047,95			
Transferências Financeiras Recebidas	12.146.506.637,42	10.015.195.921,98	Transferências Financeiras Concedidas	10.942.466.368,28	9.119.433.781,42
Resultantes da Execução Orçamentária	7.942.896.065,88	7.583.651.189,08	Resultantes da Execução Orçamentária	5.350.422.490,78	4.918.952.020,90
Cota Recebida	2.614.669.599,05	2.588.348.777,87	Repasse Concedido	2.241.494.838,30	2.131.613.713,18
Repasse Recebido	2.219.306.650,42	2.207.964.103,49	Sub-repasse Concedido	3.108.919.816,41	2.787.338.307,72
Sub-repasse Recebido	3.108.919.816,41	2.787.338.307,72	Cota Devolvida	7.836,07	-
Independentes da Execução Orçamentária	4.203.610.571,54	2.431.544.732,90	Independentes da Execução Orçamentária	5.592.043.877,50	4.200.481.760,52
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.868.652.169,17	581.254.463,47	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.037.949.792,78	315.506.434,49
Demais Transferências Recebidas	942.251.243,69	737.003.842,66	Demais Transferências Concedidas	941.591.632,83	726.615.374,53
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.392.707.158,68	1.111.669.707,93	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.612.502.451,89	3.158.359.951,50
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	1.616.718,84	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	1.525.544.550,31	1.649.246.162,88	Pagamentos Extraorçamentários	1.034.108.961,93	564.174.938,30
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	238.288.927,92	200.680.033,61	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	217.769.085,02	205.621.560,95
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.164.879.252,53	1.353.251.239,00	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	796.674.048,44	349.745.298,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.979.409,99	17.093.924,07	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.953.142,04	8.784.037,69
Outros Recebimentos Extraorçamentários	105.396.959,87	78.220.966,20	Outros Pagamentos Extraorçamentários	712.686,43	24.041,46
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	256.609,10	306.241,86	Pagamento de Passivos Recebidos	685.860,88	-
Restituições a Pagar	2.143,31	5.850,00	Valores Compensados	26.825,55	24.041,46
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.755,90	-			
Arrecadação de Outra Unidade	93.539.916,06	69.116.203,13			
Demais Recebimentos	11.595.535,50	8.792.671,21			
Saldo do Exercício Anterior	3.546.113.097,98	3.516.836.795,06	Saldo para o Exercício Seguinte	3.838.476.329,62	3.603.979.412,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.546.113.097,98	3.516.836.795,06	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.838.476.329,62	3.603.979.412,62
TOTAL	19.672.907.025,95	17.535.458.589,11	TOTAL	19.672.907.025,95	17.535.458.589,11

2. Balanço Patrimonial

ATIVOS		2024	2023
ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE		8.648.513.111,70	7.757.747.275,13
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.838.476.329,62	3.546.113.097,98
Créditos a Curto Prazo		4.509.166.298,67	3.807.022.099,29
Clientes		3.736.744,32	6.250.458,03
Clientes		3.736.744,32	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.133.226.324,71	2.126.050.482,58
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.135.124.955,60	-
(-) Ajuste para Perdas em Empréstimos e Financiamentos Conc.		-1.898.630,89	-
Demais Créditos e Valores		2.372.203.229,64	1.677.615.714,63
Demais Créditos e Valores		2.373.072.152,45	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo		-868.922,81	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo			-2.894.555,95
Estoques		299.982.141,39	404.610.084,73
VPDs Pagas Antecipadamente		888.342,02	1.993,13
ATIVO NÃO CIRCULANTE		780.662.467.410,98	777.082.230.544,34
Ativo Realizável a Longo Prazo		13.655.649.361,48	17.173.158.961,00
Créditos a Longo Prazo		13.655.649.293,74	17.173.158.893,26
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		4.586.495.291,69	8.144.011.357,66
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		4.586.495.291,69	-
Dívida Ativa Não Tributária		138.870.250,67	138.870.250,67
Dívida Ativa Não Tributária		138.870.250,67	-
Demais Créditos e Valores		8.930.283.751,38	8.890.277.284,93
Demais Créditos e Valores		8.930.283.751,38	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		67,74	67,74
Investimentos		6.294.689,57	6.294.692,18
Participações Permanentes		4.298.206,61	4.298.209,22
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		3.369,46	3.370,22
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		14.757.485,81	14.757.487,66
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-10.462.648,66	-10.462.648,66
Propriedades para Investimento		1.995.321,48	1.995.321,48
Propriedades para Investimento		2.849.856,93	2.849.856,93
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-854.535,45	-854.535,45
Demais Investimentos Permanentes		1.161,48	1.161,48
Demais Investimentos Permanentes		1.161,48	1.161,48
Imobilizado		766.959.153.307,80	759.865.046.158,97
Bens Móveis		264.321.830,35	272.156.262,21
Bens Móveis		529.688.844,95	528.683.101,12
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-261.931.885,21	-252.989.182,36
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-3.435.129,39	-3.537.656,55
Bens Imóveis		766.694.831.477,45	759.592.889.896,76
Bens Imóveis		766.956.876.835,59	759.852.847.655,27
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-262.045.358,14	-259.957.758,51
Intangível		41.370.052,13	37.730.732,19
Softwares		40.600.476,98	36.961.157,04
Softwares		43.711.709,73	40.069.285,93
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-3.111.232,75	-3.108.128,89
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		490.506,40	490.506,40
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		490.706,40	490.706,40
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-200,00	-200,00
Direitos de Uso de Imóveis		279.068,75	279.068,75
Direitos de Uso de Imóveis		279.068,75	279.068,75
TOTAL DO ATIVO		789.310.980.522,68	784.839.977.819,47

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	
PASSIVO CIRCULANTE	2.474.011.257,19	1.993.651.323,56	
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	292.784.785,88	268.347.220,36	
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	5.430.906,13	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	91.531.106,34	66.426.510,12	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.435.642,04	1.258.966,23	
Transferências Fiscais a Curto Prazo	37.246.687,26	39.264.069,69	
Provisões a Curto Prazo	143.648.790,83	119.875.796,96	
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.896.933.338,71	1.498.478.760,20	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.071.881.938,38	1.019.106.526,53	
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-	
Provisões a Longo Prazo	81.623.972,26	102.002.821,78	
Demais Obrigações a Longo Prazo	990.257.966,12	917.103.704,75	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.545.893.195,57	3.012.757.850,09	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	
Patrimônio Social e Capital Social	302.801.001,74	302.801.001,74	
Reservas de Capital	7.626,91	7.626,91	
Reservas de Lucros	13.656.525,98	13.656.525,98	
Demais Reservas	580.031.643.551,97	555.772.909.482,12	
Resultados Acumulados	205.416.978.620,51	225.737.845.332,63	
Resultado do Exercício	-16.626.427.864,06	-15.992.095.952,61	
Resultados de Exercícios Anteriores	225.737.845.332,63	243.457.601.919,19	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.694.438.848,06	-1.727.660.633,95	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	785.765.087.327,11	781.827.219.969,38	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	789.310.980.522,68	784.839.977.819,47	

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	4.038.349.092,23	3.817.069.022,35	PASSIVO FINANCEIRO	2.253.939.689,10	1.906.601.694,63
ATIVO PERMANENTE	785.272.631.430,45	781.022.908.797,12	PASSIVO PERMANENTE	3.228.509.062,52	2.729.758.208,47
			SALDO PATRIMONIAL	783.828.531.771,06	780.203.617.916,37

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2024	2023
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.554.460.240,33	1.048.755.087,30	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.475.567.364,46	3.539.168.247,31
Atos Potenciais Ativos	1.554.460.240,33	1.048.755.087,30	Atos Potenciais Passivos	3.475.567.364,46	3.539.168.247,31
Garantias e Contragarantias Recebidas	82.720.180,86	71.987.066,37	Garantias e Contragarantias Concedidas	7.178,66	7.178,66
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	1.469.080.581,13	974.108.804,13	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.414.510.361,99	1.513.518.907,33
Direitos Contratuais	2.659.478,34	2.659.216,80	Obrigações Contratuais	2.061.049.823,81	2.025.642.161,32
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.554.460.240,33	1.048.755.087,30	TOTAL	3.475.567.364,46	3.539.168.247,31

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.122.669.370,32
Recursos Vinculados	2.907.078.773,45
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-121.926.094,07
Previdência Social (RPPS)	-31.514.136,83
Dívida Pública	-100.011.115,76
Fundos, Órgãos e Programas	3.029.180.386,23
Recursos Extraorçamentários	131.349.733,88
TOTAL	1.784.409.403,13

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.658.762.426,25	14.690.091.807,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	69.635.737,94	71.118.429,60
Taxas	69.635.737,94	71.118.429,60
Contribuições	1.950.124.803,89	1.780.130.308,92
Contribuições Sociais	18.339.996,69	27.504.691,82
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.931.784.807,20	1.752.625.617,10
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	116.633.985,53	80.961.414,34
Venda de Mercadorias	89.138.884,20	54.943.569,96
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	27.495.101,33	26.017.844,38
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	239.914.667,31	251.433.936,33
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	17.492.349,79	21.470.283,80
Juros e Encargos de Mora	65.760.290,87	65.558.133,67
Variações Monetárias e Cambiais	37.831.669,44	38.781.309,26
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	118.830.357,21	125.567.926,65
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	56.282,95
Transferências e Delegações Recebidas	12.775.243.242,43	10.941.787.270,67
Transferências Intragovernamentais	12.475.926.245,19	10.647.299.852,49
Outras Transferências e Delegações Recebidas	299.316.997,24	294.487.418,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.187.890.516,90	1.256.291.625,89
Ganhos com Alienação	63.517.415,76	7.965.349,92
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.174.221.621,61	424.731.763,80
Ganhos com Desincorporação de Passivos	950.003.192,93	823.594.512,17
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	148.286,60	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	319.319.472,25	308.368.822,10
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-24.163,31	69.099.749,57
Resultado Positivo de Participações	491.686,97	55.446,64
Subvenções Econômicas	30.490.716,27	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	51.827.499,11	65.920.894,11
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	236.533.733,21	173.292.731,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	34.285.190.290,31	15.604.212.733,62
Pessoal e Encargos	1.187.013.783,27	1.185.885.467,60
Remuneração a Pessoal	823.236.437,68	819.395.073,98
Encargos Patronais	319.570.617,64	326.401.707,55
Benefícios a Pessoal	38.618.266,57	29.478.192,20
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.588.461,38	10.610.493,87
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	613.814.883,78	590.267.219,54
Aposentadorias e Reformas	397.533.162,14	386.765.338,64
Pensões	196.596.967,54	189.113.342,09
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.684.754,10	14.388.538,81
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	763.787.024,90	886.833.211,07
Uso de Material de Consumo	9.107.317,14	6.071.419,35
Serviços	736.865.689,90	863.808.554,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.814.017,86	16.953.236,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	208.820,16	1.416.829,79
Juros e Encargos de Mora	184.815,63	104.278,14
Variações Monetárias e Cambiais	-	1.299.925,42
Descontos Financeiros Concedidos	24.004,53	12.626,23
Transferências e Delegações Concedidas	11.910.402.762,12	9.942.529.462,76
Transferências Intragovernamentais	11.265.391.956,31	9.754.714.334,09
Transferências Intergovernamentais	84.091.971,90	65.766.875,73
Transferências ao Exterior	-	1.490.410,89
Outras Transferências e Delegações Concedidas	560.918.833,91	120.557.842,05
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	19.398.786.645,93	2.752.622.623,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	17.522.549.384,59	1.397.024.987,97
Perdas Involuntárias	8.429.700,19	1.363.609,15
Incorporação de Passivos	1.396.530.144,09	946.822.252,68
Desincorporação de Ativos	471.277.417,06	407.411.773,74
Tributárias	27.533.600,67	16.770.249,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.900.903,00	15.311.759,74
Contribuições	2.632.697,67	1.458.490,02
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	117.640.742,65	104.914.260,23

Custo das Mercadorias Vendidas	117.640.742,65	104.914.260,23
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	266.002.026,83	122.973.409,33
Subvenções Econômicas	84.993.112,58	16.172.724,17
Constituição de Provisões	16.576.957,09	75.418.755,57
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	164.431.957,16	31.381.929,59
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-16.626.427.864,06	-914.120.925,77

4. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.285.917.387,00	2.285.917.387,00	2.344.250.629,62	58.333.242,62
Receitas Tributárias	60.676.319,00	60.676.319,00	48.746.000,41	-11.930.318,59
Taxas	60.676.319,00	60.676.319,00	48.746.000,41	-11.930.318,59
Receitas de Contribuições	1.591.107.946,00	1.591.107.946,00	1.971.037.737,10	379.929.791,10
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.591.107.946,00	1.591.107.946,00	1.971.037.737,10	379.929.791,10
Receita Patrimonial	169.488.773,00	169.488.773,00	125.104.730,36	-44.384.042,64
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.866.953,00	10.866.953,00	7.016.238,67	-3.850.714,33
Valores Mobiliários	158.621.820,00	158.621.820,00	118.088.491,69	-40.533.328,31
Receitas de Serviços	52.724.435,00	52.724.435,00	46.287.267,26	-6.437.167,74
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	30.198.569,00	30.198.569,00	30.370.834,88	172.265,88
Serviços e Atividades Financeiras	22.525.866,00	22.525.866,00	15.916.432,38	-6.609.433,62
Outras Receitas Correntes	411.919.914,00	411.919.914,00	153.074.894,49	-258.845.019,51
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.874.438,00	1.874.438,00	1.763.213,93	-111.224,07
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	30.022.172,00	30.022.172,00	6.152.495,41	-23.869.676,59
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	871.747,25	871.747,25
Demais Receitas Correntes	380.023.304,00	380.023.304,00	144.287.437,90	-235.735.866,10
RECEITAS DE CAPITAL	345.413.902,00	345.413.902,00	110.492.110,62	-234.921.791,38
Operações de Crédito	152.544.107,00	152.544.107,00	-	-152.544.107,00
Operações de Crédito Internas	130.544.107,00	130.544.107,00	-	-130.544.107,00
Operações de Crédito Externas	22.000.000,00	22.000.000,00	-	-22.000.000,00
Alienação de Bens	135.216.896,00	135.216.896,00	61.427.811,41	-73.789.084,59
Alienação de Bens Móveis	117.001,00	117.001,00	135.900,00	18.899,00
Alienação de Bens Imóveis	135.099.895,00	135.099.895,00	61.291.911,41	-73.807.983,59
Amortização de Empréstimos	57.652.899,00	57.652.899,00	49.064.299,21	-8.588.599,79
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.631.331.289,00	2.631.331.289,00	2.454.742.740,24	-176.588.548,76
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.631.331.289,00	2.631.331.289,00	2.454.742.740,24	-176.588.548,76
DEFICIT			1.403.112.625,88	1.403.112.625,88
TOTAL	2.631.331.289,00	2.631.331.289,00	3.857.855.366,12	1.226.524.077,12
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	6.571.224.854,00	-	-6.571.224.854,00
Superavit Financeiro	-	6.393.094.504,00	-	-
Créditos Cancelados	-	178.130.350,00	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.804.978.416,00	10.429.888.728,99	3.539.767.489,23	2.600.451.376,37	2.372.350.854,32	6.890.121.239,76
Pessoal e Encargos Sociais	2.218.006.361,00	2.364.407.428,00	2.137.485.329,28	1.658.098.457,30	1.500.957.467,08	226.922.098,72
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.586.972.055,00	8.065.481.300,99	1.402.282.159,95	942.352.919,07	871.393.387,24	6.663.199.141,04
DESPESAS DE CAPITAL	799.186.364,00	745.500.905,00	318.087.876,89	92.524.737,22	82.336.331,35	427.413.028,11
Investimentos	416.330.131,00	335.996.602,00	81.126.377,08	6.755.269,20	5.264.977,47	254.870.224,92
Inversões Financeiras	382.856.233,00	409.504.303,00	236.961.499,81	85.769.468,02	77.071.353,88	172.542.803,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.531.540.070,00	1.531.540.070,00	-	-	-	1.531.540.070,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	6.135.704.850,00	12.706.929.703,99	3.857.855.366,12	2.692.976.113,59	2.454.687.185,67	8.849.074.337,87
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.135.704.850,00	12.706.929.703,99	3.857.855.366,12	2.692.976.113,59	2.454.687.185,67	8.849.074.337,87
TOTAL	6.135.704.850,00	12.706.929.703,99	3.857.855.366,12	2.692.976.113,59	2.454.687.185,67	8.849.074.337,87

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	74.659.464,73	837.670.392,09	487.419.356,88	472.011.961,18	21.872.574,08	418.445.321,56
Pessoal e Encargos Sociais	565.174,85	1.496.297,56	798.230,36	798.230,36	1.014.337,77	248.904,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	74.094.289,88	836.174.094,53	486.621.126,52	471.213.730,82	20.858.236,31	418.196.417,28
DESPESAS DE CAPITAL	202.299.632,98	509.230.491,11	327.105.133,94	324.662.087,26	15.434.745,95	371.433.290,88
Investimentos	185.418.153,40	86.924.638,69	53.771.587,60	51.328.540,92	14.966.609,22	206.047.641,95
Inversões Financeiras	16.881.479,58	422.305.852,42	273.333.546,34	273.333.546,34	468.136,73	165.385.648,93
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	276.959.097,71	1.346.900.883,20	814.524.490,82	796.674.048,44	37.307.320,03	789.878.612,44

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.676.922,42	215.107.935,44	209.441.614,34	599.657,41	13.743.586,11
Pessoal e Encargos Sociais	1.340.910,85	173.943.069,08	173.970.404,17	8.705,04	1.304.870,72
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.336.011,57	41.164.866,36	35.471.210,17	590.952,37	12.438.715,39
DESPESAS DE CAPITAL	15.359.858,43	12.571.165,56	8.327.470,68	675.574,62	18.927.978,69
Investimentos	13.853.152,39	9.280.034,56	7.641.737,68	673.950,00	14.817.499,27
Inversões Financeiras	1.506.706,04	3.291.131,00	685.733,00	1.624,62	4.110.479,42
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	24.036.780,85	227.679.101,00	217.769.085,02	1.275.232,03	32.671.564,80

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	556.382.174,43	352.499.597,47
INGRESSOS	14.612.877.027,80	12.331.589.220,94
Receita Tributária	48.746.000,41	49.784.940,12
Receita de Contribuições	1.971.037.737,10	1.797.240.366,59
Receita Patrimonial	7.507.925,64	7.343.537,23
Receita de Serviços	46.287.267,26	51.451.882,70
Remuneração das Disponibilidades	117.596.804,72	123.105.693,82
Outras Receitas Derivadas e Originárias	153.074.894,49	192.458.230,09
Outros Ingressos Operacionais	12.268.626.398,18	10.110.204.570,39
Ingressos Extraorçamentários	16.979.409,99	17.093.924,07
Restituições a Pagar	2.143,31	5.850,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.755,90	-
Transferências Financeiras Recebidas	12.146.506.637,42	10.015.195.921,98
Arrecadação de Outra Unidade	93.539.916,06	69.116.203,13
Demais Recebimentos	11.595.535,50	8.792.671,21
DESEMBOLSOS	-14.056.494.853,37	-11.979.089.623,47
Pessoal e Demais Despesas	-2.829.729.174,84	-2.588.054.262,61
Administração	-37.205,55	-71.372,31
Assistência Social	-352.816.393,44	-95.265.714,56
Previdência Social	-551.094.496,28	-529.814.747,79
Direitos da Cidadania	-6.668.679,63	-164.898,97
Gestão Ambiental	-400.000,00	-
Agricultura	-230.769.456,31	-291.689.814,78
Organização Agrária	-1.565.542.402,33	-1.466.199.101,09
Encargos Especiais	-122.657.150,40	-205.154.854,97
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	256.609,10	306.241,86
Transferências Concedidas	-264.633.481,78	-262.793.500,29
Intergovernamentais	-35.626.949,05	-65.342.923,19
A Estados e/ou Distrito Federal	-10.646.924,53	-6.227.571,26
A Municípios	-24.980.024,52	-59.115.351,93
Intragovernamentais	-183.338.297,07	-190.344.084,21
Outras Transferências Concedidas	-45.668.235,66	-7.106.492,89
Outros Desembolsos Operacionais	-10.962.132.196,75	-9.128.241.860,57
Dispêndios Extraorçamentários	-18.953.142,04	-8.784.037,69
Pagamento de Passivos Recebidos	-685.860,88	-
Transferências Financeiras Concedidas	-10.942.466.368,28	-9.119.433.781,42
Valores Compensados	-26.825,55	-24.041,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-264.018.942,79	-265.356.979,91
INGRESSOS	110.492.110,62	132.795.058,64
Alienação de Bens	61.427.811,41	81.314.157,69
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	49.064.299,21	51.480.900,95
DESEMBOLSOS	-374.511.053,41	-398.152.038,55
Aquisição de Ativo Não Circulante	-49.197.027,38	-7.788.189,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-319.197.034,41	-387.542.918,25
Outros Desembolsos de Investimentos	-6.116.991,62	-2.820.931,30
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	292.363.231,64	87.142.617,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.546.113.097,98	3.516.836.795,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.838.476.329,62	3.603.979.412,62

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	302.801.001,74	-	7.626,91	43.920.346,78	12.760.314,16	246.784.615.054,77	-	-	247.144.104.344,36
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	15.771.763.817,78	-1.554.146.784,67	-	-	14.217.617.033,11
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	539.988.385.350,18	-3.500.740.601,52	-	-	536.487.644.748,66
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-16.022.359.773,41	-	-	-16.022.359.773,41
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-30.263.820,80	-	30.477.437,46	-	-	213.616,66
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	555.772.909.482,12	225.737.845.332,63	-	-	781.827.219.969,38

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	555.772.909.482,12	225.737.845.332,63	-	-	781.827.219.969,38
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	17.520.937.839,39	-3.694.438.848,06	-	-	13.826.498.991,33
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	6.737.796.230,46	-	-	-	6.737.796.230,46
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-16.626.427.864,06	-	-	-16.626.427.864,06
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	580.031.643.551,97	205.416.978.620,51	-	-	785.765.087.327,11

NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, apresentam-se as notas explicativas referentes aos fatos, valores e registros mais relevantes na análise das demonstrações contábeis do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no segundo trimestre de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, de acordo com o art. 105 da Lei 4.320/64, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Órgãos vinculados:

ÓRGÃO	SALDO (R\$)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	3.210.738.008,66
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	382.226.127,22
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	99.442.919,85
FUNDO DE TERRAS	146.069.273,89
TOTAL	3.838.476.329,62

A distribuição por tipo de disponibilidade está assim composta:

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5.379.639,72
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.950,00
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	2.564.644.533,09
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA EM TRÂNSITO	39.924.149,03
FUNDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	3.585.302,70
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.325.668,39
RESGATE APLIC FINAN LIQ IMED RECURSOS CTU	(307.480,99)
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.095.930.364,08
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	125.788.369,18
GARANTIAS	2.197.834,42
TOTAL	3.838.476.329,62

Do valor total registrado, 66,81% são Títulos da Dívida Agrária, que compõe o ativo do INCRA. Esses títulos são emitidos para pagamentos de aquisição de imóveis rurais para a política de reforma agrária.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abaixo segue a composição do Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	JUNHO/2024
13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	21.624.116,83
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	2.952.414,86
VIAGENS - ADIANTAMENTO	754.558,17
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	11.095.943,07
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	1.835.728,48
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	431.675.827,48
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	28.621,45
ADIANTAMENTO DE IRPJ E CSLL	0,00
TOTAL ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	469.967.210,34
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(868.922,81)
TOTAL AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	(868.922,81)
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	34.710,85
CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO	1.725.827,45
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	133.043,81
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO	5.055.483,55
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	6.949.065,66
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	5,45
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	5,45
ALUGUÉIS A RECEBER	0,00
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	813.361,33
VALOR A REC C/GRU DE DESP VINC CONVEN ESTORNA	45.237,53
SAQUES POR CARTAO DE PAGTO A CLASSIFICAR	13.380,00
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	123.317,15
CRED A REC POR REEMB SALÁRIO MATERNIDADE PG	0,00
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	124.994,09
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	26.157.245,59
CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	81.997.075,64
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.014,85
RECURSOS DA UNIAO	31.780.942,06
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	607.427.273,37
CREDITOS PARCELADOS	1.482.140,16
CRED A REC - REGULARIZ FUNDIARIA E REF AGRARI	14.104.205,59
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	957.219.241,84
TOTAL OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.721.289.429,20
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR	77.517.128,96
ICMS DIFERIDO	82.203.443,43
IRRF A COMPENSAR	110.460,41
IR E CSLL A RECUPERAR/COMPENSAR	15.003.443,68
COFINS A RECUPERAR / COMPENSAR	26.264,38
PIS/PASEP A RECUPERAR/COMPENSAR	5.700,94
IR E CSLL A RECUPERAR / COMPENSAR - INTRA	
TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	174.866.441,80
TOTAL	2.372.203.229,64

Verifica-se que aproximadamente 40% do valor total se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados com outros órgãos da Administração Pública Federal para consecução das políticas do Ministério e seus Órgãos vinculados.

Outra rubrica expressiva neste grupo de contas são os Adiantamentos a Fornecedores. Representando 18,20%, os valores se referem a registros, feitos pela CONAB, de aquisição de produtos para posterior incorporação aos estoques quando de seu recebimento.

Foi nessas duas contas que se verificou também os maiores acréscimos no exercício que resultaram na variação de 41,48% observada neste grupo de contas.

Nota 03 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – CP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Empréstimos Concedidos a Receber, no total de R\$ 4,1 milhões, que se referem a valores a receber de beneficiários referentes à concessão de crédito de instalação à assentados da Reforma Agrária, registrados no INCRA; e
- b) Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros – no total de R\$ 2,1 bilhões (99,8% do valor total) e se referem à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03. São valores próprios do Fundo, oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira e reembolso, disponíveis para concessão de novos empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Cabe pontuar que não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Já há tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 04 – Estoques - CP

Do valor total dos R\$ 299 milhões registrados nessa conta, 99% são estoques destinados à revenda ou doação, administrados pela CONAB. O valor representa 0,04% do ativo total do Órgão Superior. A variação negativa de 25,86%, observada no período, se deve a venda de parte dos produtos armazenados, dentro da política de abastecimento gerenciada pela CONAB.

Nota 05 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos a Receber, no total de R\$ 1,3 bilhão, registrados no INCRA, referentes a valores a receber de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); e

- b) E os Financiamentos Concedidos a Receber – no total de R\$ 3,2 bilhões, referentes aos contratos de financiamentos firmados no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

Houve uma variação negativa de 43,68% nesse grupo de contas devido a ajustes realizados pelo INCRA, no sentido de desconhecer do ativo das demonstrações contábeis da Autarquia os registros dos créditos de instalação concedidos anteriormente ao exercício de 2014, mantendo o controle contábil destes créditos desconhecidos em conta apropriada, para assegurar a devida transparência e, após identificação dos créditos vigentes, contabilizar somente os direitos devidos a fim de que o ativo reflita fielmente os recursos a receber, conforme recomendação da Controladoria Geral da União – CGU.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 06 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Do valor total de R\$ 8,9 bilhões, 81% se referem a conta “Créditos a Receber – Regularização Fundiária e Reforma Agrária” que registra os valores a receber decorrentes da emissão de títulos, pela União, em processos de regularização fundiária de terras de sua competência, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

Nota 07 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam 97,17% do ativo total do MDA, num valor total de R\$ 766 bilhões, assim distribuídos entre os órgãos que compõe o Ministério:

	INCRA	CONAB	MDA
BENS DE USO ESPECIAL	764.336.368.555,47	322.908.155,96	
BENS DOMINICAIS	1.820.674.457,92		
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	400.462.785,79	19.930.361,46	
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.252.248,01	9.240.479,98	17.937.968,00
INSTALAÇÕES	14.461.044,15	178.634,50	8.023.121,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	4.439.023,35		
DEPREC./ACUM./AMORT. ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(32.275.096,69)	(229.770.261,45)	
TOTAL	766.546.383.018,00	122.487.370,45	25.961.089,00

Do total dos bens imóveis, se destacam os Bens de Uso Especial, que representam 99% do total, registrados, quase em sua totalidade no INCRA. A tabela a seguir apresenta a composição deste grupo:

BENS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO	SALDO
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	328.742.346.642,82
TERRENOS, GLEBAS	434.751.546.109,29
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	121.954.023,26
EDIFÍCIOS	280.890.329,98
COMPLEXOS, FÁBRICAS E USINAS	53.108.898,28
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	8.713.148,76
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	700.717.559,04
TOTAL	764.659.276.711,43

Verifica-se que 98,84% dos valores estão registrados nas contas “Fazendas, Parques e Reservas” e “Terrenos e Glebas”, do INCRA. Esses imóveis rurais encontram-se, quase que em sua totalidade, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUnet, conforme prevê a Portaria Conjunta STN-SPU 703/2014.

Esses imóveis são valorados com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) elaborada pelo INCRA, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

Nota 08 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Representando 2,58% do passivo total do órgão, esse grupo de contas tem saldo de R\$ 91 milhões, assim distribuídos pelos órgãos do MDA:

ÓRGÃO	SALDO - R\$
22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	40.550.896,03
22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	47.497.548,29
49000 MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR	3.482.662,02
TOTAL	91.531.106,34

Estão contabilizados nesse grupo os fornecedores de bens e serviços contratados pelos órgãos do MDA.

Houve no período um incremento de 37,79% nesse grupo de contas.

Nota 09 – Provisões para Riscos Trabalhistas

Nessa rubrica estão registradas as provisões para indenizações trabalhistas registradas pela CONAB. Os valores são apurados pela área jurídica da companhia e constam de planilha de passivos contingentes elaboradas trimestralmente.

No curto prazo, o total registrado é de R\$ 97,9

milhões, representando 2,76% do passivo exigível do órgão Superior, tendo sido observada uma variação de 3,04% no período.

Já no longo prazo, teve uma variação negativa de 14,85%, resultando num valor acumulado de R\$ 36,8 milhões ao final do período. Essa variação se deu em função da reclassificação de valores do longo para o curto prazo, com base no prazo da expectativa de pagamento desses passivos.

Nota 10 – Provisões para Riscos Fiscais

Nessa rubrica estão registradas as provisões para desembolsos em processos judiciais de matéria fiscal onde a CONAB figura como polo passivo. Os valores são apurados pela área jurídica da companhia e constam de planilha de passivos contingentes elaboradas trimestralmente.

No curto prazo, o valor registrado é de R\$ 19,9 milhões, com uma variação de 35,44%. Enquanto no longo prazo houve uma variação de 141,32%, resultando num valor acumulado de R\$ 1,03 milhão ao final do período.

Nota 11 – Provisões para Riscos Cíveis

Nessa rubrica estão registradas as provisões para pagamentos indenizações cíveis em processos cuja CONAB figura em polo passivo. Os valores são apurados pela área jurídica da companhia e constam de planilha de passivos contingentes elaboradas trimestralmente.

O total registrado ao fim do período foi de R\$ 25,7 milhões, no curto prazo (variação de 154,90%), e R\$ 36,6 milhões no longo prazo (variação de -28,41%).

Nota 12 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Do valor total de R\$ 1,7 bilhão, 76,76% se referem ao registro do diferimento da receita da política de estoques públicos, registrados na CONAB. Outros 20,79% se referem a Termos de Execução Descentralizada firmados por INCRA, CONAB e MDA, como recebedores de recursos, na situação “a comprovar”.

Nota 13 – Outras Obrigações a Longo Prazo

O valor de R\$ 989 milhões (27,91% do passivo exigível do Órgão Superior), está registrado na CONAB, referente ao contrato de firmado entre a Empresa e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS), para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas. Em junho/2024 foi paga a parcela 57/228 do acordo.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Nota 14 – Ganhos com Alienação

O valor de 63,5 milhões registrados nesse grupo de contas, que representou uma expressiva variação em relação ao mesmo período no exercício anterior, são relativos a alienações de imóveis no INCRA e na CONAB.

Na CONAB, o valor de R\$ 5.4 milhões é relativo à venda de um imóvel no estado do Paraná, e um imóvel no estado do Amazonas.

O restante do valor, cerca de R\$ 57,9 milhões, são relativos aos registros de arrecadação via GRU, de valores de alienação de imóveis rurais da reforma agrária, pelo INCRA.

Nota 15 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Do valor total de R\$ 1,17 bilhão, 35,72% dos valores se referem ao registro de imóveis de uso especial no SPIUNet pelas Unidades Gestoras do INCRA.

Outros 37,71% se referem ao registro da participação dos empregados da CONAB, no custeio do Serviço de Assistência à Saúde (SAS).

Os demais valores são decorrentes do registro de transferências financeiras, via TED, efetuados pelo MDA e Órgãos Vinculados, que são contabilizadas no ativo até que tenham aprovadas sua prestação de contas.

Nota 16 – Transferências Intragovernamentais (VPA)

As transferências intragovernamentais representam 71,65% das Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício, se referem às transferências relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, para execução das atividades e políticas do Ministério e dos Órgãos Vinculados.

Nota 17 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representado 10,94% das VPAs do Órgão, num montante de R\$ 1,9 bilhão, o valor se refere à arrecadação da CIDE pela Receita Federal, repassada ao INCRA, decendialmente.

Nota 18 – Outras Transferências e Delegações Recebidas

O valor total de R\$ 299 milhões registrados nesse grupo de contas refere-se a movimentações de bens entre as Unidades Gestoras do MDA e Órgão Vinculados, bem como de bens recebidos por essas unidades oriundas de outros órgãos da Administração Pública Federal.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador Responsável
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar